



Mundo

21/03/10 11h35m

Atualizado em: 21/03/10 - 11h35m

Assentamentos voltam ao centro do conflito entre Israel e palestinos

Israelenses planejam construção de casas em Jerusalém Oriental. Palestinos exigem paralisação para reiniciar negociações de paz.

João Novaes - Do G1, em São Paulo

A colonização israelense em territórios reivindicados por palestinos voltou ao centro das discussões nessa semana, com a pressão internacional para que o governo israelense interrompa a construção de 1.600 casas na porção oriental de Jerusalém. A medida gerou críticas até mesmo do mais tradicional aliado israelense, os Estados Unidos.

Brasileiro relata como é a vida em assentamento judeu

Na última sexta-feira (19), o grupo diplomático Quarteto para o Oriente Médio (formado por EUA, União Europeia, Rússia e ONU), que tenta estabelecer um plano de pacificação entre judeus e palestinos, pediu que Israel congele todos os assentamentos –ao mesmo tempo em que os palestinos não tomem medidas para prejudicar o começo das negociações. Os diplomatas também traçaram um plano para que as duas partes atinjam a paz em dois anos.

A população israelense está dividida – segundo pesquisa encomendada pelo jornal “Yediot Aharonot” na sexta-feira, 51% dos entrevistados são a favor da construção de novos assentamentos em Jerusalém, contra 46%. Em outro levantamento, publicado no mesmo dia pelo periódico “Haaretz”, a diferença é de 48 a 41%, respectivamente.

De um lado, os palestinos consideram a paralisação da construção de assentamentos, tanto em Jerusalém Oriental quanto na região da Cisjordânia, como pré-condição para o início de negociações de paz. Por sua vez, a atual administração de Israel afirma que as colonizações não são prejudiciais aos acordos de paz, enquanto Jerusalém é a “capital única e indivisível” de seu país.

“Existe uma conotação exagerada em torno da questão dos assentamentos. Construir casas não mata ninguém, lançar foguetes, sim. Achar que todo o conflito árabe-israelense gira em torno dessa questão é uma visão artificial e populista”, afirmou o porta-voz da Embaixada de Israel no Brasil, Raphael Singer.

O diplomata refuta as críticas que Israel não busque avanços para a paz. “Nenhum país fez até hoje o que fizemos. Nós nos retiramos do Sinai em 1982 após assinarmos um acordo de paz, em um território três vezes maior que nosso. Saímos de Gaza em 2005 evacuando oito mil pessoas, com famílias que estavam lá há duas gerações. Portanto tudo pode ser negociado”, afirmou o diplomata.

Já o diretor-executivo do Comitê Brasileiro do Interesse Nacional Palestino (CBINP), Husam Bajis, tem uma visão oposta. “Essas colônias afetam a vida dos residentes das cidades palestinas próximas a elas. Definitivamente não contribuem para a paz e afetam as relações entre Israel e a Autoridade Palestina”.

Para o ativista, a existência dos assentamentos por si só é um ato ilegal do ponto de vista do direito internacional. “Esses assentamentos não param de crescer, são construídos de forma unilateral e considerados ilegais pelo artigo 49 da Quarta Convenção de Genebra – que proíbe a tomada de territórios à força, impedindo o direito do povo palestino à sua auto-determinação. Eles também são condenados pelas resoluções 242 (de 1967, após a Guerra dos Seis Dias) e 338 (de 1973, após a Guerra do Yom Kippur) do Conselho de Segurança da ONU, que exigem sua saída dos territórios. Portanto, a comunidade internacional tem obrigação de frear essas iniciativas”, afirmou.

Segundo Bajis, a presença das colônias é fonte de grande sofrimento e dificuldades para o cotidiano do povo palestino. “Para facilitar a expansão de colônias em terras palestinas, Israel continua a construir uma vasta rede de estradas conectando uma colônia ilegal à outra. Ao mesmo tempo, impõe uma série de restrições de mobilidade e acesso, dificultando nossas viagens de uma cidade para outra. Falo de cerca de 2,4 milhões de palestinos que vivem há gerações na Cisjordânia”, protesta.

Na opinião de Bajis, é necessário que ocorra nessas duas regiões (Cisjordânia e Jerusalém Oriental) o mesmo processo que na Faixa de Gaza em 2005, quando Israel desocupou a área unilateralmente. “Atualmente, cerca de 17% da população na Cisjordânia é composta por colonos judeus, dificultando que ocorra uma evacuação semelhante. Até dezembro de 2009, tínhamos 400 mil colonos na Cisjordânia e 280 mil em Jerusalém oriental. A desocupação deve ser feita parcialmente, e a Autoridade Palestina precisa ajudar Israel dessa vez”.

Na ocasião, o total de pessoas evacuadas foi de 8 mil, em todas as colônias na Faixa de Gaza e duas na Cisjordânia, causando sério desgaste ao governo do então premiê Ariel Sharon. No entanto, Bajis lembra que, se isso ocorrer, outro problema poderá afetar os palestinos: “A taxa de desemprego certamente aumentará quando os israelenses forem embora”. Singer, por sua vez, diz que Israel pode discutir o tema, mas lembra que muitos assentamentos já possuem mais de vinte mil habitantes. “São cidades na prática”.

Bajis e Singer afirmam que a solução passa obrigatoriamente pela coexistência de dois estados. “Acreditamos que só o estabelecimento de um Estado palestino trará paz à região. Israel reconhece nosso direito de existir, e os palestinos, por sua vez, devem levar isso em conta”, afirma Bajis.

Singer reclama da postura palestina em estabelecer pré-condições para que as conversas tenham início. “Historicamente, (os palestinos) sempre acham uma razão para não negociar, agora acharam essas 1.600 casas. Mas se querem resolver o impasse, temos que negociar. Embora não concordemos com alguns pontos, eles não podem estabelecer pré-condições”.

O diplomata afirmou que Abbas, ao contrário do Hamas, é considerado por Israel um parceiro, mas é necessário que ele se disponha a conversar sem impor condições. “Para que a solução dos dois estados se torne realidade, ele precisa sentar em uma mesa. Temos muitas coisas a tratar e sim, difíceis de resolver. Mas não basta dar declarações à imprensa, temos que falar cara a cara, foi assim que resolvemos no passado”.

Entretanto, os dois lados discordem em aspectos importantes, especialmente em relação à divisão de Jerusalém. “Embora nem todos concordem conosco, Jerusalém é parte de Israel, nossa capital, qualquer país tem direito de construir casas em sua capital”. A posição palestina defende que, com a futura criação de seu estado palestino, Jerusalém Oriental passe a ser a capital.

Bajis acredita que, sem o apoio dos EUA, Israel se encontraria em uma situação difícil. “Acredito que o presidente Barack Obama poderia contribuir com a paralisação de novos assentamentos, mas como ele está com muitos assuntos internos para resolver, não estou otimista em relação a isso”. Entretanto, o ativista lembra que é necessário olhar também os aspectos positivos do conflito. “Os dois principais partidos norte-americanos já reconhecem a necessidade da existência de dois estados independentes. Agora é necessário que palestinos e israelenses façam o mesmo e trabalhem em conjunto para buscar a paz e melhorar a vida da população palestina”.

Já Singer afirma que a comunidade internacional deveria pressionar para o rápido recomeço das negociações, afim de evitar o aumento de tensões. “É necessário haver um compromisso para afastar as forças negativas que estão incomodando as forças de paz. Estou falando especificamente do Irã, que apóia grupos como o Hamas e o Hezbollah. Essa política não é só contra o interesse de Israel, mas contra o dos próprios palestinos”.

Os palestinos querem proclamar na Cisjordânia e na Faixa de Gaza um Estado soberano. Para isso, exigem uma retirada israelense de todos os territórios ocupados desde junho de 1967, incluindo Jerusalém Oriental.

Segundo a Autoridade Palestina, os palestinos querem "um Estado que tenha como base as fronteiras de 1967". "A superfície da Cisjordânia e da Faixa de Gaza é de 6.205 km² e queremos estes 6.205 km²".

Israel conquistou, em 1967, a parte oriental (árabe) de Jerusalém e se apropriou dela, já que considera a cidade a capital eterna e indivisível do Estado de Israel.

A Autoridade Palestina quer converter Jerusalém Oriental na capital de seu futuro Estado e afirma que esta é uma condição não negociável.

Nas negociações de paz de Camp David, em 2000, o primeiro-ministro israelense da época, Ehud Barak, rompeu o tabu e propôs pela primeira vez compartilhar a soberania de Jerusalém Oriental, sugerindo que os bairros periféricos árabes passem a ficar sob controle palestino.

Barak também sugeriu dar um estatuto especial à Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém Oriental, lugar sagrado muçulmano construído sobre o antigo templo dos judeus.

Existem quatro milhões de refugiados palestinos, expulsos de suas casas quando foi criado o Estado de Israel em 1948.

Os palestinos sempre exigiram que Israel reconheça o direito ao retorno destas pessoas, conforme indica a resolução 194 da Assembléia Geral da ONU.

Israel se nega categoricamente a conceder esse "direito ao retorno" porque porá fim ao caráter judeu do Estado, mas está disposto a tolerar a instalação desses refugiados no futuro Estado palestino.

Ao lado disso, Israel controla 80% da camada freática, ou primeira camada de água subterrânea, da Cisjordânia. Os palestinos querem que se reparta da forma mais equitativa e argumentam que sua população cresce mais rapidamente e, além disso, sofre uma falta crônica desse recurso natural indispensável.

Israel exige que os palestinos reconheçam o estado hebreu como o "Estado do povo judeu" em qualquer negociação de paz futura. Mas os palestinos consideram que aceitar esse ponto significaria renunciar ao direito de retorno para seus refugiados.

Leia mais notícias de Mundo

[home](#) | [topo](#) | [versão clássica](#)

[notícias](#) | [esportes](#) | [entretenimento](#)

[globo.com](#)